


INSTITUTO  
  
 SOCIOAMBIENTAL  
 Documentação  
 Fonte gm  
 Data 5/12/96 Pg A-3  
 Class. 08

# Energia elétrica – perspectivas e desafios

Benedito Carraro \*



A continuidade do inegável sucesso do Plano Real e da estabilização monetária em muito depende da capacidade de agentes organizados da sociedade em dotar o País de uma infra-estrutura adequada para suportar o crescimento econômico – que todos almejamos – decorrente desse mesmo sucesso. Especificamente, a disponibilidade de energia elétrica tem se mostrado de fundamental importância para o desenvolvimento econômico do Brasil.

A estrutura do mercado consumidor de eletricidade tem exigido, em média, um crescimento de 1,3 vez para cada 1% de crescimento do PIB. Tal correlação tem levado o setor a crescimentos da ordem de 5 a 6% nos últimos anos. Essa realidade demandou pesados investimentos na ampliação constante dos sistemas elétricos.

O desafio de continuar expandindo o sistema para atender a essa demanda tornou-se maior após dois anos de Plano Real. De fato, os dados de crescimento do mercado têm superado as estimativas mais otimistas.

Nos próximos quatro anos, serão

necessários investimentos mínimos da ordem de US\$ 25 bilhões. E, observa-se, todo esse esforço ainda nos deixa longe quando comparamos o Brasil com os países do sul da Europa – Portugal, Espanha e Grécia –, que representam um paradigma importante de ser perseguido na entrada do terceiro milênio.

Há, portanto, um amplo espaço a ser percorrido. Ao lado dessas constatações e cenários de comparações, cabe a pergunta que a sociedade organizada tem feito com frequência e pertinência: está o setor elétrico preparado para vencer esse desafio? A resposta, embora embasada em uma complexa teia de considerações e condicionantes, é com certeza afirmativa.

O governo elegeu como um dos pilares do novo modelo do setor a participação privada. No segmento de distribuição, a Escelsa no Espírito Santo e a Light no Rio de Janeiro, ambas anteriormente controladas pela Eletrobrás, já foram privatizadas.

Um grande número de conces-

sionárias de âmbito estadual e controladas acionariamente pelos estados onde atuam está em processo de desestatização. Se o atual ritmo for mantido, e nada existe que invalide tal condicionante, até a virada do século a esmagadora maioria das concessionárias de distribuição será privada.

Também no segmento de geração, o governo vem procurando estimular a competição, principalmente entre agentes privados, sinalizando assim premissas importantes para o novo modelo setorial em estudo no Ministério de Minas e Energia. No Brasil, pelo volume de investimentos necessários em cada empreendimento, pelos riscos envolvidos, pelos contratos de suprimentos a serem honrados pelas subsidiárias da Eletrobrás e pela velocidade

com que os aproveitamentos têm que ser implementados, a situação é mais complexa e exige, neste momento de transição, uma maior atenção e supervisão do governo por intermédio de seu agente, a Eletrobrás.

Afirmar que não há dificuldades a superar, não! Devemos, sim, ser realistas na condução do proces-

so, com a certeza de que as condições básicas para viabilizar a expansão dos sistemas elétricos foram estabelecidas e de que as dificuldades serão superadas por ajustes feitos dentro do conceito de parceria governo/empresa privada.

Esse comportamento do governo não se traduz somente em discurso. Como exemplo de ação, pode ser citado o presente convênio de cooperação técnica assinado com a

Associação Brasileira das Empresas Produtoras Independentes de Energia Elétrica (Apine), entidade que congrega quarenta empresas interessadas na produção de eletricidade no País, visando, entre vários objetivos, à identificação de faixas de mercado, de empreendimentos que se constituam em oportunidades para esses novos agentes.

O conceito de parceria vem sendo exercitado; também, para a viabilização dos empreendimentos previstos no planejamento de curto prazo. O aumento da disponibilidade de geração nas capitais da região Norte, a interligação Norte-Sul, entre os dois grandes sistemas elétricos brasileiros, a importação de energia disponível na Argentina e da colocação de térmicas com o gás natural boliviano, a complementação de Tucuruí e Xingó, com linhas associadas, a possível adição de duas unidades geradoras em Itaipu, a ampliação emergencial da oferta em Mato Grosso e em Mato Grosso do Sul, entre ou-

tros projetos com possibilidade de rápida maturação, formam um conjunto de expressiva e adequada magnitude. São os chamados “Projetos Prioritários para Aumento da Oferta de Energia Elétrica”.

É, como já foi dito, um expressivo conjunto de empreendimentos, que irá incrementar em cerca de 8 mil MW médios, ou 25%, o nível atual de oferta. Significa adicionar mais que uma Itaipu ao sistema elétrico brasileiro. Envolve investimentos na faixa de R\$ 7,5 bilhões, com participação da iniciativa privada na grande maioria dos projetos, todos eles com excelente nível de economicidade.

O mercado existe, agentes interessados em atendê-lo também, a base legal está disponível e a supervisão do Estado como regulador se faz sentir. Com a superação dos obstáculos e a capacitação dos agentes envolvidos, com certeza o desafio será vencido e o Brasil continuará tendo na energia elétrica um dos principais sustentáculos de seu desenvolvimento.

\* Diretor de Planejamento e Engenharia da Eletrobrás.